Opinião Socialista

PSTU

Ano XII - Edição 334 - Colaboração: R$ 2 - De 10 a 16/04/2008 - www.pstu.org.br

FEIJÃO +207,4%

CARNE +21,6%

CESTA BÁSICA +17,9%

NÃO AO AUMENTO DO PREÇO DOS ALIMENTOS!

UM CHAMADO A FRENTE DE ESQUERDA, SEM PARTIDOS BURGUESES

PÁGINA 9

CONLUTAS VAI REALIZAR 1º ENCONTRO DE MULHERES

PÁGINA 10

ESTUDANTES OCUPAM REITORIAS DA UNB E DA UFMG

PÁGINA 12

■ **DECLÍNIO DO IMPÉRIO 1** – Os EUA fecharam o mês de março com 80 mil empregos a menos. Foi a maior retração no mercado de trabalho em cinco anos.

■ **DECLÍNIO DO IMPÉRIO 2** – Com três meses consecutivos de redução de postos, o desemprego no país chegou a 5,1%, o menor nível de emprego em dois anos e meio.

TRABALHO EXTRA

Pesquisa da Universidade de Michigan comprova a jornada extra cumprida pelas mulheres através do trabalho doméstico. A pesquisa, feita com casais norte-americanos, mostra que as mulheres casadas trabalham 7 horas a mais de serviços na semana. Já o homem que se casa economiza 1 hora de serviço.

PÉROLA

> **Não podemos seguir sob a ameaça de arruaceiros e criminosos comuns, não devemos oferecer tratamento político, mas sim, policial**

PAULO SKAF, presidente da Fiesp, sobre o MST. Skaf foi eleito com o apoio do PT. A reportagem da Istoé faz parte de uma campanha da mídia burguesa paga pela Vale para atacar os movimentos sociais. (*Revista Istoé 9/04/2008*)

BOLA FORA

Ridícula a frase do atual técnico do Fluminense, Renato Gaúcho, sobre os beijos entre jogadores nas comemorações dos gols. "Se ele quiser jogar de calcinha por baixo do calção, que jogue. Mas se a calcinha estiver atrapalhando o rendimento do cara dentro de campo, aí ele está fora do meu grupo", disse o ex-craque, mostrando o preconceito e a homofobia que ainda vigoram no futebol.

CHARGE / AROEIRA

ZUNZUM POLÍTICO

ALGO ERRADO

Pesquisa realizada pela rede de TV CBS mostra que 81% dos norte-americanos acreditam que o governo de Bush está levando o país para o lado errado. No começo de sua administração esse número era de apenas 35%. Para 78%, os EUA estão hoje pior do que há 4 anos.

ISSO NÃO VALE

O BNDES vai conceder uma linha de crédito à empresa privatizada Vale (ex-Vale do Rio Doce) no valor de nada menos que R$ 7 bilhões. Só para lembrar, essa cifra representa o dobro do preço pelo qual a então estatal foi leiloada.

CORTE NA REFORMA AGRÁRIA

Enquanto isso, o MST denuncia o corte à verba da reforma Agrária realizado pelo Congresso e aprovado por Lula no Orçamento de 2008. São mais de R$ 265 milhões que serão desviados da reforma agrária para pagar os juros da dívida.

OVERLOQUE

A empresa Singer do Brasil, que produz máquinas de costura, demitiu 116 de seus 800 funcionários em Juazeiro do Norte (CE) na sexta, dia 4. Uma campanha está sendo feita, denunciando os lucros da empresa, as isenções de impostos e a superexploração dos trabalhadores.

PETROLEIROS

No Norte Fluminense, oposição quer sindicato de luta

***AGAMENON CORDEIRO e EMANUEL DE OLIVEIRA**, de Macaé (RJ)*

No dia 31 de março foi inscrita a chapa de oposição dos petroleiros do Norte Fluminense. A chapa 2, Frente Nacional dos Petroleiros do Norte Fluminense (FNP-FN), Oposição Unificada, vai disputar o sindicato contra a chapa dos governistas da CUT, reunidos na chapa 1.

A chapa 2 é composta por diversos agrupamentos, como o GLP, *Alternativa Independente*, *Óleo*, *Base/Conlutas*, Intersindical e ativistas independentes. Ela foi construída após um seminário que reuniu amplos setores de luta da categoria. Já a chapa 1 é composta pela corrente *Articulação*, da CUT.

As eleições ocorrerão entres os dias 8 a 29 de maio. Os 21 dias de eleição servem para garantir que todos os trabalhadores possam votar, pois o regime de trabalho dos petroleiros, que trabalham embarcados, é de 14 por 21 dias para os petroleiros da Petrobras e 14 por 14 para os petroleiros terceirizados.

A categoria é formada por aproximadamente 30 mil trabalhadores, entre petroleiros concursados e terceirizados. Esse sindicato tem uma importância muito grande, pois abrange a região onde se concentra mais de 80% da produção nacional de petróleo.

A importância da chapa está no objetivo de resgatar a organização pela base. "*Nosso programa pretende fortalecer a organização de base, acabar com a cumplicidade entre a direção do sindicato e a empresa. Defendemos o sindicato independente do governo e das empresas, isonomia para os terceirizados e aumento real de salário*" declarou Carlos Moraes, membro da chapa 2 e engenheiro de equipamento que trabalha há 31 anos na Petrobras.

Segundo Moraes, entre os trabalhadores existe um forte sentimento de mudança. "*Sabemos que não é fácil, pois vamos enfrentar a máquina da CUT, do sindicato, da empresa e governo*", concluiu.

Nas próximas edições será publicada uma matéria sobre a eleição do Sindicato dos Petroleiros de Sergipe e Alagoas, filiado à Conlutas.

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **FOTO DE CAPA** Kit Gaion **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5776 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS
MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 maceio@pstu.org.br

AMAPÁ
MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 macapa@pstu.org.br

AMAZONAS
MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 manaus@pstu.org.br

BAHIA
SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Rua Itapagipe, 64 - Santa Rita
VITÓRIA DA CONQUISTA Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ
FORTALEZA fortaleza@pstu.org.br
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL
BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO
VITÓRIA - vitoria@pstu.org.br

GOIÁS
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 goiania@pstu.org.br

MARANHÃO
SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO
CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL
CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS
BELO HORIZONTE bh@pstu.org.br
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA uberaba@pstu.org.br
R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
UBERLÂNDIA - (34) 3229-7858

PARÁ
BELÉM belem@pstu.org.br
Passagem Dr. Dionízio Bentes, 153 - Curió - Utingá - (91) 3276-1909

PARAÍBA
JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ
CURITIBA - R. Cândido de Leão, 45 sala 204 - Centro (próximo a Praça Tiradentes)
MARINGÁ -Rua José Clemente, 748 Zona 07 - (44) 91113259

PERNAMBUCO
RECIFE - Av.Monte Lazaro, 195- Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ
TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO
RIO DE JANEIRO rio@pstu.org.br (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro niteroi@pstu.org.br
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro novaiguacu@pstu.org.br
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2772.3151 nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE
NATAL
CIDADE ALTA - R. Apodi, 250 (84) 3201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL
PORTO ALEGRE portoalegre@pstu.org.br
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Martin Lutero, 1370, Fundos - Vila Formosa - (51) 9284.8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 8409-0166 santamaria@pstu.org.br

SANTA CATARINA
FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO
SÃO PAULO saopaulo@pstu.org.br www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL - Rua Amaro André, 87 - Santo Amaro
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - campinas@pstu.org.br
FRANCO DA ROCHA - Avenida 7 de setembro, 667 - Vila Martinho edcosta16@itelefonica.com.br
GUARULHOS - guarulhos@pstu.org.br
Av. Esperança, 733 - Centro (11) 6441-0253 guarulhos@pstu.org.br
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Flaviano de Melo, 1213 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 ribeiraopreto@pstu.org.br
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - (11)4339-7186 saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 sorocaba@pstu.org.br
SUZANO suzano@pstu.org.br

SERGIPE
ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

AS LUTAS COMEÇAM A SURGIR

A crise econômica internacional nem chegou ao país ainda, mas a vida já está piorando.

O feijão com arroz é o prato tradicional do brasileiro. Uma parte importante dos trabalhadores está colocando cada vez mais "água no feijão" para seguir comendo seu prato predileto, que aumentou mais de duzentos por cento em um ano. Outros comem arroz com arroz, ou nem isso.

Esta triste realidade foi vivida pelos mexicanos no ano passado quando não puderam comer tortilhas, seu prato tradicional. Agora está atingindo o arroz dos asiáticos, os pratos básicos no Haiti e na África, espalhando crises sociais e políticas.

As grandes multinacionais, que controlam os campos brasileiros e em todo o mundo, decidem o que plantar e quanto cobrar pelos alimentos. A fome do povo é menos importante para as grandes empresas que seus lucros.

Os salários por outro lado, seguem arrochados. No interior das empresas, o ritmo de trabalho é brutal. As grandes empresas não se preocupam com a saúde dos trabalhadores, mas em ganhar mais dinheiro.

OS TRABALHADORES DEVEM TIRAR SUAS CONCLUSÕES

Como pode um país com tantas terras deixar um povo passar fome? Isso não tem a ver com o governo? A quem serve este governo: às grandes empresas do agronegócio ou ao trabalhador que não consegue nem mais comer feijão? Lula não governa para os trabalhadores, e sim para as grandes empresas da cidade e do campo, que estão tendo lucros recordes.

Como pode uma das grandes cidades do país, como o Rio, sofrer uma epidemia de dengue como a atual? Isso é conseqüência direta do corte nas verbas de combate à dengue, que teve seus recursos desviados para pagar a dívida interna aos banqueiros. Lula governa para os banqueiros e não para os que sofrem nas filas dos hospitais.

E VAI PIORAR...

Isso está acontecendo ainda na fase de crescimento da economia. E vem aí uma nova crise econômica, que já atingiu o centro da economia mundial, os Estados unidos. Vai chegar em breve ao Brasil, com suas inevitáveis conseqüências de desemprego e miséria.

As grandes empresas não dividem os lucros no período de crescimento, mas vão fazer os trabalhadores pagarem os prejuízos da crise com seus empregos e salários.

O povo começa a sentir que algo vai mal ao ver o preço dos alimentos nos supermercados e nas feiras. Mas a maioria dos trabalhadores nem imagina o que está por vir. Vão ocorrer ataques muito mais duros das empresas e do governo contra os direitos trabalhistas como a aposentadoria.

ESTÃO CHEGANDO AS LUTAS

Existem sinais de que a insatisfação está crescendo, embora ainda não apareça nas pesquisas. Uma forte greve nacional dos trabalhadores dos Correios obrigou o governo a recuar do não pagamento do acordo assinado em novembro do ano passado.

No dia 1º de abril, a Conlutas junto com outras entidades, realizou um dia de lutas contra as mentiras do governo. Houve protestos contra a redução dos salários na GM e a transposição do rio S. Francisco em todo o país. Houve mobilizações em fábricas como S. José e canteiros de obras em Fortaleza. Atos e passeatas em várias capitais do país. Bloqueio de estradas nas margens do S. Francisco e o fechamento da ponte na BR 101, que liga Sergipe e Alagoas. Operários, estudantes, funcionários públicos, dirigentes sindicais, setores da igreja como bispo Dom Cappio, representantes do PSOL e do PSTU, e independentes estiveram unidos na luta contra as mentiras do governo.

Os estudantes voltaram a utilizar a ocupação das reitorias como método de luta radicalizado, como já tinham feito no ano passado, a partir da ocupação da USP. Na UNB e na UFMG, ocuparam as reitorias e enfrentaram a repressão da PM e da segurança das universidades.

As lutas começam a aparecer, ainda em seus começos. É hora de dar apoio a todas e cada uma delas. Uma vitória impulsiona outra luta. Uma derrota desanima a todos. Não podemos confiar na CUT e na UNE, que já se mostraram aliadas dos patrões e do governo. A Conlutas e a Conlute estão na linha de frente do apoio à todas as mobilizações dos trabalhadores e estudantes.

A Conlutas nasceu em 2006, como alternativa de direção para as lutas. Agora em julho, vai realizar seu primeiro congresso em Betim. Vamos unir todas as lutas. Vamos construir a Conlutas.

No dia 1o de abril em Pirapora (MG) manifestantes bloqueiam a estrada

GM: TRABALHADORES PREPARAM LUTA CONTRA NOVOS ATAQUES

DIRETORES SINDICAIS FORAM SUSPENSOS por 10 dias. Metalúrgicos ameaçaram parar a GM, caso fossem demitidos

AMÉRICO GOMES,
da Direção Nacional do PSTU

Os trabalhadores da General Motors de São José dos Campos (SP) conseguiram uma vitória quando rejeitaram as propostas de redução de direitos e banco de horas. No entanto, essa vitória não está consolidada. Muito pelo contrário.

A mando da empresa, a burguesia da cidade organizou a "Frente em Defesa do Emprego" englobando empresários, Câmara Municipal, prefeitura e a igreja, contando com o apoio dos sindicatos da CUT e da Força Sindical. Essa frente trabalha inclusive com a hipótese de um plebiscito na cidade sobre a retirada de direitos.

Junto a isso, conseguiram aprovar o banco de horas e uma reestruturação produtiva na Ford de Taubaté (SP). Ataques similares foram realizados também contra os trabalhadores da Johnson & Johnson, também de São José dos Campos, onde está se criando uma nova grade que rebaixa os salários de R$ 1.200 para R$ 740 e se prepara a demissão de centenas de trabalhadores.

Na semana passada, a direção da GM reiniciou reuniões dentro da fábrica e anunciou que reapresentará a proposta de retirada de direitos e banco de horas ainda em abril. Afirma que, se desta vez ela não for aprovada, não virão os novos investimentos e, dentro de quatro anos, a fábrica poderá ser fechada.

ORGANIZANDO O ENFRENTAMENTO

Os trabalhadores sabem que a proposta apresentada pela empresa é mais um ataque para elevar seus lucros, aumentando a exploração dos operários. E preparam a resistência. Os contatos feitos com outras grandes fábricas, como as da GM de São Caetano (SP) e Gravataí (RS), as Volkswagem do ABC paulista e Taubaté e a Ford de Taubaté demonstraram que setores dos trabalhadores na base estão solidários à luta dos metalúrgicos em São José, e que a grande trava para esta luta são seus dirigentes sindicais.

REAÇÃO

O 1º de abril foi marcado no Vale do Paraíba como o "Dia da Ganância e da Mentira" (GM). Houve manifestações em várias fábricas da região e particularmente na General Motors e na Johnson & Johnson, inclusive com a presença da presidente do PSOL Heloisa Helena.

As votações realizadas neste dia, em assembléias nas portarias das empresas, reafirmaram a manutenção da campanha. Como represália, os diretores do sindicato Eliane e Vivaldo, este militante do PSTU, foram ameaçados de demissão por justa causa e levaram suspensões de 10 dias por supostamente "pararem as linhas de produção".

No mesmo dia, os trabalhadores reagiram e começaram a parar os setores, realizando uma grande assembléia na portaria da empresa para repudiar as punições. O susto da direção da empresa foi tanto que ela soltou um boletim negando as demissões. Se de fato se confirmassem as demissões, a fábrica estaria paralisada no dia seguinte. Novos e duros enfrentamentos virão.

LUTA NA FÁBRICA, EM SÃO JOSÉ E NO MUNDO

Os trabalhadores da GM vêm realizando assembléias com atraso na produção e aprovaram uma Campanha Nacional contra a Redução de Salário e de Direitos Trabalhistas. Por iniciativa do sindicato dos metalúrgicos, foi marcado para a segunda quinzena de junho, junto com a Intersindical e a Conlutas, um Encontro Nacional dos Trabalhadores em Luta contra a Redução de Direitos e pela Redução da Jornada sem Redução de Salários, assim como uma Jornada de Lutas do Vale do Paraíba nos dias 29 e 30 de abril.

O sindicato está impulsionando uma ampla campanha na mídia, de conscientização da população sobre os ataques da GM. Esta semana começarão a ser realizadas as viagens internacionais. No dia 7 os companheiros Renatão e Arruda viajam ao Equador e Venezuela. No dia 10, Luiz Carlos Prates, o Mancha, vai aos Estados Unidos, e em maio uma delegação dos trabalhadores da GM vai a Rosário, na Argentina.

OFENSIVA DOS TRABALHADORES

Dentro das fábricas está se impulsionando a luta por uma PLR (Participação nos Lucros e Resultados) maior que a do ano passado, vinculado à abertura dos livros contábeis da empresa (controle operário) e a eleição de uma Comissão de PLR com estabilidade no emprego. Essa luta está associada à pela diminuição da jornada sem diminuição de salário. Contra as ameaças de fechamento, levantaremos a bandeira de estatização da planta da GM de São José dos Campos.

FORTE GREVE FORÇA RECUO DO GOVERNO, MAS DIREÇÃO TRAI MOVIMENTO

MARCELLO CASAL JR/AG. BRASIL

Funcionários dos Correios fazem assembléia diante da sede da empresa

GERALDO RODRIGUES,
de São Paulo (SP)

No dia 1º de abril, explodiu a greve nacional dos trabalhadores dos Correios, que exigia do governo Lula, do ministro das Comunicações, Helio Costa, e do presidente da ECT (Empresa de Correios e Telégrafos), Carlos Henrique Custodio, o cumprimento do acordo assinado em novembro de 2007. Ele garantia o pagamento de um abono de periculosidade no valor de 30% do salário em dezembro, janeiro e fevereiro. Após esse período, passaria a ser incorporado ao salário. O abono, porém, não foi incorporado.

INDIGNAÇÃO

O estopim para a greve ocorreu quando o presidente da ECT afirmou que a empresa não cumpriria o acordo. A greve já havia sido encaminhada na plenária nacional dos dias 17 e 18 de março. Os delegados votaram que, se a empresa não pagasse o adicional de risco no dia 31, a greve seria imediata.

Outro elemento que causou a greve foi a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) que a empresa antecipou para março, com o intuito de enganar os trabalhadores. Só que, enquanto os trabalhadores receberam em média R$ 300 e R$ 400, o presidente e os diretores regionais receberam de R$ 44 mil a R$ 54 mil.

A forte greve fez com que, tanto o governo, a direção da empresa e ministro baixassem a bola e voltassem atrás da posição de não pagar o adicional de risco. O governo afirmou que o abono será pago por mais três meses, tornando-o definitivo a partir de junho.

TRAIÇÃO

Durante três meses a maioria da direção da Fentect (Federação Naional dos Trabalhadores dos Correios) não moveu uma palha para que fosse realizada a discussão da regulamentação do adicional de risco. Sempre que questionada pela Oposição Nacional da Conlutas, diziam que o acordo estava garantido e que o governo não iria descumprir o que tinha assinado.

A oposição sempre desconfiou do governo, que tem descumprido diversos acordos assinados com os servidores federais, o que também poderia acontecer nos Correios. Explicávamos aos trabalhadores que o adicional de risco ainda tinha que ser confirmado nos holerite de março. Ao longo dos três meses a expectativas dos carteiros era pela confirmação de sua incorporação nos salários.

Mais uma vez, a maioria da Fentect cumpriu o papel de blindar o governo e trair a luta da categoria. Chegaram ao cúmulo de escrever num informe da Federação que o mnistro das Comunicações é parceiro dos trabalhadores. Afirmaram que, se perdêssemos este apoio, tudo iria por água abaixo. Com isso, passaram a articular o fim da greve nacional da categoria.

NO DIA DA MENTIRA, PROTESTOS MOSTRAM A VERDADE DOS TRABALHADORES

AGÊNCIA CROMAFOTO

SÃO PAULO (SP)

ATOS CONTRA as mentiras do governo Lula e dos patrões agitam estados

PIRAPORA (MG)

RENATA PONTES

RECIFE (PE)

DA REDAÇÃO*

No 1º de abril, milhares de trabalhadores, estudantes e ativistas dos movimentos sociais e populares foram às ruas contra as mentiras do governo. A retirada de direitos, a transposição do rio São Francisco, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o salário mínimo de fome e a dívida pública foram alguns dos principais alvos. A jornada de lutas foi impulsionada pela Conlutas, Intersindical, entre outras entidades e movimentos nacionais e locais.

SÃO PAULO: UMA GRANDE UNIDADE DE LUTA

Na capital paulista, o ato correu na Casa de Portugal, bairro da Liberdade, e reuniu cerca de 500 estudantes e trabalhadores. Eles vieram de diversas cidades, como São José dos Campos, Campinas e da região do ABC. Os trabalhadores da GM, que hoje travam uma dura batalha contra a retirada de direitos participaram do ato. O MTST (Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto) também marcou presença com seus militantes de três ocupações dias antes.

José Maria de Almeida, da Coordenação da Conlutas, falou sobre a importância da unidade nas lutas e a necessidade de se "*construir uma alternativa de luta da classe trabalhadora capaz de fazer uma grande luta nacional e mudar esse país*". Já a presidente nacional do PSOL, Heloísa Helena, também presente no ato, alertou que é obrigação dos ativistas denunciar os planos do governo. "*A omissão é a forma mais covarde de cumplicidade*", disse.

A manifestação contou também com a presença do bispo de Barra (BA), Dom Luiz Cappio, que se tornou símbolo da luta contra a transposição do São Francisco ao realizar duas greves de fome contra o projeto. "*O povo paga a água consumida pelos grandes grupos econômicos, é o povo colocando a mesa para o rico*", denunciou o bispo, afirmando que o projeto beneficia apenas o agronegócio.

RIO DE JANEIRO: PASSEATA CONTRA O GOVERNO E A DENGUE

O 1º de abril foi marcado por uma bem-humorada passeata, que reuniu mais de 500 manifestantes. Com nariz de Pinóquio, faixas e bandeiras, o ato desmentiu os governos federal, estadual e municipal, denunciando a escandalosa epidemia de dengue.

Os estudantes também denunciaram o Reuni e a reforma universitária. Os secundaristas lembraram a mentira do passe-livre, que hoje tem restrições no metrô, não havendo garantia de sua manutenção e nem beneficiando todos os estudantes.

Ao final da passeata, chegou um ônibus da Baixada Fluminense com militantes de assentamentos, comerciários e trabalhadores da Universidade Rural (UFRRJ). Estes passaram a manhã distribuindo panfletos no comércio e em bancos da região para denunciar as mentiras governistas. Em Niterói, ocorreu panfletagem nos estaleiros e nas barcas além de uma apresentação de vídeo contra o Reuni no bandejão da UFF.

BAIXADA FLUMINENSE: PANFLETAGEM DENUNCIA GOVERNOS E PATRÕES

O ato em Nova Iguaçu (RJ) contou com panfletagem nas lojas e bancos do centro da cidade. A atividade teve a participação de entidades e movimentos que constroem a Conlutas da Baixada Fluminense. O sucesso do ato pôde ser verificado através do apoio recebido ao longo de toda a atividade. "*A Conlutas vem demonstrando que, mais do que uma necessidade, já é uma realidade enquanto ferramenta de luta*", afirmou Renato Gomes, militante do PSTU e dirigente do Sindicato dos Comerciários.

PIRAPORA (MG): MANIFESTANTES BLOQUEIAM ESTRADA

Às margens do rio São Francisco, os manifestantes desmentiram o projeto de transposição do "Velho Chico. O ato contou com cerca de 350 pessoas de cinco cidades – Pirapora, Buritizeiro, Ibiaí, Jequitaí, Três Marias, Montes Claros e Belo Horizonte – e 20 entidades e organizações de movimentos sociais e populares. Eles pararam a BR 365 por uma hora e meia.

Além de protestar contra as reformas de Lula, os ativistas exigiram reforma agrária, empregos, salários dignos e redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Também foi exigida uma indenização para os pescadores que estão sendo prejudicados pela empresa Votorantim Metais, na cidade de Três Marias. Para finalizar, dirigiram-se em passeata até o prédio do INSS, no centro da cidade, onde denunciaram o descaso com os aposentados e lesionados.

MANIFESTANTES FECHAM PONTE ENTRE SERGIPE E ALAGOAS

O ato foi organizado pela Articulação Popular do Baixo São Francisco e por partidos e entidades como Conlutas, CPP, CPT, MPA, Sindipetro AL/SE, entre outras. Os manifestantes fecharam a ponte na BR-101, na divisa de Sergipe e Alagoas. O congestionamento na rodovia passou de três quilômetros e o tráfego foi interrompido entre os dois estados. Índios de tribos ribeirinhas dançaram durante o protesto.

BELÉM (PA): ATO REÚNE MIL PESSOAS

Apesar da forte chuva que há dias castigava a cidade, o ato contou com a participação de professores estaduais, municipais, servidores, estudantes e trabalhadores da construção civil.

O ato assumiu o eixo de luta contra os governos Lula, Ana Júlia (PT) e o prefeito Duciomar (PTB) e incorporou as reivindicações salariais, de mais verbas para a saúde e o fim das demissões dos servidores estaduais temporários. Além das palavras de ordem contra as reformas do e o pagamento da dívida, a passeata também protestou contra os o governo da petista Ana Júlia.

FORTALEZA (CE): PARALISAÇÃO EM CANTEIROS DE OBRAS

O dia foi marcado por uma paralisação em 10 canteiros de obras no bairro do Papicu, um dos bairros nobres da cidade, mobilizando 600 operários. Desses canteiros, uma passeata com mais de 300 trabalhadores se dirigiu ao terminal de ônibus do bairro, paralisando seu funcionamento por 1 hora, com o apoio dos rodoviários.

Cerca 500 servidores também realizaram uma passeata contra a prefeita Luizianne Lins (PT). A prefeitura chegou ao descalabro de solicitar ao PT nacional para entrar na justiça contra a isonomia salarial da categoria, um direito conquistado há mais de 20 anos.

Ato com 500 em Recife

Em Recife (PE) ocorreu um ato unificado com os trabalhadores dos Correios e professores municipais em greve e ativistas de movimentos populares e estudantis, contando ao todo cerca de 500 pessoas.

*Com informações de: Tatianny Araújo, Márcio Magalhães, Sebastião Carlos "Cacau", Gilberto Marques e Giambatista Brito.

WWW.PSTU.ORG.BR
Entrevista com dom Luiz Cappio, galerias de fotos e vídeo com a fala de Atnagoras Lopes, do PSTU

NO CELEIRO DO MUNDO, A COMIDA ESTÁ MAIS CARA

ESTÁ CADA VEZ MAIS DIFÍCIL PARA O TRABALHADOR LEVAR COMIDA PARA CASA. APESAR DE O BRASIL SER UM DOS MAIORES PRODUTORES DE ALIMENTOS DO MUNDO E DE POSSUIR ENORMES ÁREAS DE TERRAS COM POTENCIAL AGRÍCOLA, NO ÚLTIMO PERÍODO O PAÍS TEM REGISTRADO UMA FORTE ALTA NOS PREÇOS DOS ALIMENTOS. ALGO QUE PODE SER PERCEBIDO PELOS TRABALHADORES NO DIA-A-DIA, QUANDO VÃO AO SUPERMERCADO OU ALMOÇAM NA RUA

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

"Sentou prá descansar como se fosse sábado. Comeu feijão com arroz como se fosse um príncipe". Os versos de Chico Buarque, na música "Deus lhe Pague", falam de um operário da construção civil que saboreia com prazer sua marmita, como se fosse um manjar dos deuses. A ironia de Chico, ao comparar uma comida simples a um artigo de luxo, está cada vez mais próxima da realidade.

O feijão de todo dia aumentou 207,42%, entre março de 2007 e fevereiro de 2008. Os números foram medidos pelo DIEESE, que aponta os alimentos como o grande responsável pela alta do custo de vida. A batata subiu 51,83%, o leite 25,18%, a carne bovina 21,63% e o leite em pó 46,99%. São itens cujo aumento afeta diretamente o bolso e a mesa das famílias de todos os trabalhadores. Por sua vez, a Fundação Getúlio Vargas mediu um aumento de 15,65% no preço do óleo de soja, apenas em janeiro e fevereiro deste ano. Em 2007, o óleo já tinha sofrido uma alta de 36%.

A inflação dos alimentos (como está sendo chamada por especialistas) afeta diretamente o salário dos trabalhadores que, para conseguir comer, tem que trabalhar mais.

Em São Paulo, por exemplo, a cesta básica subiu 17,9%, fechando 2007 como a mais cara do país (R$ 214,63). Na seqüência vem Porto Alegre (R$ 216,12), seguida pelo Rio de Janeiro (R$ 214,66) e Belo Horizonte (R$ 213,48).

Segundo um cálculo do DIEESE, o trabalhador que ganha um salário mínimo precisou cumprir, em média, uma jornada de 102 horas e 16 minutos para comprar a cesta básica. O mesmo estudo aponta que só em São Paulo o trabalhador que recebe um mínimo teve que trabalhar quase 119 horas em março para poder comprar alimentos essenciais. De acordo com o estudo, a compra da cesta comprometeu 50,53% do rendimento destes trabalhadores.

A produção não vai parar na mesa dos trabalhadores, pois seu destino é a exportação

Mas por que os preços dos alimentos não param de subir? A inflação dos alimentos não está relacionada a fatores climáticos, colheitas baixas etc. Pelo contrário, todos os dados comprovam que o Brasil, ano após ano, vem quebrando recordes na produção de alimentos.

O país terá neste ano uma supersafra. Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o IBGE, serão mais de 139 milhões de toneladas. Só em soja a estimativa é de uma colheita em torno de 60 milhões de toneladas. Já o trigo terá uma safra 71% maior.

No entanto, essa produção não vai parar na mesa dos trabalhadores, pois seu destino é a exportação, abastecendo assim o mercado mundial.

O problema dos preços dos alimentos está ligado às transformações no campo brasileiro, com o agronegócio e a especulação financeira. Os grandes produtores de alimentos não têm como objetivo alimentar o povo, mas sim conseguir lucro. Dessa forma, produzem os alimentos para exportação que se encontram mais valorizados no mercado internacional.

AGÊNCIA BRASIL

"Tem de durar para o dia seguinte"

Dejanira Gonçalves Santos, 33 anos, solteira e mãe de dois filhos, realiza trabalhos domésticos em São Paulo para sobreviver. Ela ganha cerca de R$ 600 por mês. Dejanira, ou simplesmente "Deja" faz parte da legião de milhões de brasileiros atingidos pela inflação dos alimentos, especialmente da alta de 207% do feijão no último ano. *"Eu tenho dois filhos, um de 11 anos outro de 6. Eles precisam comer feijão todos os dias. Mas hoje eu tenho que diminuir. Como o salário que eu ganho, não tem outra solução"*, explica ao *Opinião*.

Ela relata que, em função da alta dos preços, agora utiliza apenas um copo de feijão para cozinhar. *"Antes eu costumava a cozinhar com dois que era pra dar caldinho para meus filhos. Mas isso tem que durar pro dia seguinte também"*, diz.

Além de ter que diminuir a compra de alimentos para casa, Dejanira também conhece o outro lado dessa história. Ela trabalhou por anos na colheita de café na cidade de Utinga, próximo na Chapada Diamantina, na Bahia. Lá, como todos os trabalhadores, era submetida a uma jornada de trabalho extenuante e baixíssimos salários. *"Saía de casa às 4h da manhã, pegava o transporte e chegava na roça. Saía de lá só às 5 horas da tarde"* diz. Os momentos de folga eram raros e ela trabalhava todos os sábados.

Ela explica que a remuneração era por produtividade, embora relate que na firma onde trabalhava, *"eles registravam a gente com R$ 350, mas quase nunca recebíamos o valor. Era sempre menos"*. Dejanira nunca recebeu um salário de R$ 400 – piso dos trabalhadores rurais que trabalham no corte de cana em São Paulo. Paradoxalmente, a fome bateu em sua porta justamente quando trabalhava na produção de alimentos. *"Quando faltou comida me deu desespero de ver duas crianças dentro de casa sem ter o que comer"*, conclui.

Os números da alimentação

207,42%
foi o aumento do preço do feijão, de março de 2007 a fevereiro de 2008

51,83%
foi quando a batata subiu no mesmo período

102 horas
foi quanto quem ganha salário mínimo teve de trabalhar em março para comprar uma cesta básica

46,6%
das famílias afirmam ter dificuldade em obter alimentos suficientes

R$ 4,3 bilhões
foi o valor dado ao agronegócio, através de créditos do Banco do Brasil em 2003

139 milhões
de toneladas é a previsão da safra recorde em 2008

10 toneladas
é quanto um cortador de cana colhe por dia em São Paulo

45 milhões de hectares
é a área total que terá de ser plantada com cana, para atingir a meta do governo de produção de etanol. Isso equivale a metade da área cultivável do Brasil

AGRONEGÓCIO MUDA A FACE DO CAMPO BRASILEIRO

Presença internacional faz com que se plante o que dá mais lucro, como soja e cana

No campo brasileiro não há mais apenas a velha figura do coronel, símbolo histórico do latifúndio nacional. O desenvolvimento do capitalismo no campo, nas últimas décadas, também foi marcado pelos efeitos da globalização. Em meio a aplicação das fórmulas neoliberais, nas décadas de 1980 e 1990, a expansão do capitalismo no campo brasileiro adquiriu uma nova forma: o agronegócio. O que colocou, ao lado do coronel latifundiário, distintos homens de negócios engravatados que representam os interesses de grandes transnacionais.

Em geral, o agronegócio se caracteriza pela forma da monocultura (a produção de apenas um tipo de produto) associada a grande propriedade e o emprego de alta tecnologia na produção. O resultado foi o aumento da concentração de terras, agora nas mãos de grandes empresas, em um país em que a reforma agrária nunca saiu do papel.

Com o agronegócio, a agricultura é dominada cada vez mais por conglomerados econômicos internacionais que determinam o que, quando, como e onde devem ser produzidos e comercializados os produtos agrícolas. Grandes multinacionais como a Cargill, a Sempra Energy, a Mitsui e muitas outras estão comprando terras e dominando o campo, ao lado de grandes burgueses conhecidos como George Soros, Bill Gates e até o ex-presidente democrata Bill Clinton.

Outra característica é que cada vez mais o agronegócio controla todas as etapas da produção. Desde o mercado de insumos, como sementes e herbicidas; passando pelas técnicas e tecnologias de produção (máquinas e implementos agrícolas e pesquisas em áreas como genética e biotecnologia, como ocorre com os transgênicos); aos sistemas de financiamento e redes de comercialização.

Assim, os produtos agrícolas foram transformados em "commodities" (*veja quadro abaixo*), produtos agrícolas, carne e minerais negociados em bolsas de valores. Ou seja, alimentos que não são destinados à população, mas sim para a exportação e que têm seus preços regulados pelo mercado mundial.

É essa mudança profunda no campo que os brasileiros estão sentindo agora com o aumento dos preços dos alimentos. Não estamos somente perante problemas menores, conjuntural ou causado por problemas climáticos como a chuva ou a seca (que também existem). Estamos sentindo os primeiros sintomas de um grande problema que vai tender a se agravar e ter outras manifestações.

ETANOL

Uma das grandes transformações, por exemplo, está apenas começando que é a mudança no campo para a produção do etanol. Os planos do governo prevêem a possibilidade do etanol brasileiro substituir 10% da gasolina no mercado mundial em 20 anos. Para isso, o país teria que ocupar cerca de 45 milhões de hectares produzindo cana, ou seja, metade dos 90 milhões de hectares de terra cultivável. Agricultores deixarão de plantar feijão, arroz e verduras para plantar cana e para garantir os lucros das multinacionais que estão construindo as novas usinas de álcool no campo.

Além de diminuir a produção de alimentos, a globalização do campo com o agronegócio também provoca o aumento dos preços. Se aumentar o preço lá fora, aumenta aqui, mesmo se produzimos muito, mesmo se nosso povo não pode pagar. O cultivo de produtos que não oferecem lucros simplesmente é substituído por outro, como é o caso recente do feijão, que está sendo substituído pela soja ou pelo milho que atingem preços altos e mais lucrativos no mercado mundial.

A expansão do agronegócio no Brasil também traz impactos ao meio ambiente. A soja, por exemplo, é o principal produto de exportação do país, mas é o maior responsável pela devastação ecológica na Amazônia e no cerrado. Não por acaso o Mato Grosso, estado líder da produção de soja, também é o que registra os maiores índices de desmatamento dos últimos 20 anos - o equivalente a um terço do território estadual já foi destruído.

WWW.PSTU.ORG.BR
Seminários da Conlutas e do Andes debatem mudanças no campo

O CASSINO DOS ALIMENTOS

Sem plantar um único hectare, especuladores ganham apostando no valor da comida no futuro

Com a globalização capitalista, os preços dos alimentos se tornaram parte da especulação financeira nas Bolsas de Valores. A especulação com a comida (por exemplo, o milho) é sustentada no chamado "mercado futuro", onde são fechados contratos para os próximos meses: os especuladores fazem negócios a preços elevadíssimos para o futuro e se utilizam de manobras para que eles continuem com os preços elevados. Ou seja, os preços estão subindo também porque as bolsas de mercadorias fazem especulações sobre os alimentos do povo, antecipando que os preços da agricultura irão continuar subindo num futuro próximo.

Isso também explica o aumento do preço do feijão. Um consultor financeiro conta como funciona essa relação. Segundo ele, o cultivo do feijão foi substituído em grande escala pelo milho nos últimos anos porque, *"além dos super-preços para o milho se faz um contrato de compra, existe um mercado futuro. Aí, é preferível plantar milho"*, explica.

Segundo José Batista de Oliveira, da coordenação nacional do MST, em entrevista ao jornal Brasil de Fato, o preço e o comércio das *commodities* agrícolas em geral são manipulados *"por 50 empresas que controlam quase todo o comércio agrícola nacional"*. Ele aponta como exemplos os conglomerados estrangeiros, como as norte-americanas Monsanto, Cargill, a holandesa Bunge, a norte-americana-canadense ADM, a suíça Syngenta e a francesa Dryfuss.

Na área de laticínios, o mercado é manipulado por apenas três: a suíça Nestlé, a italiana Parmalat e a francesa Danone.

MAIS ALIMENTOS. MAIS FOME

O surgimento do agronegócio também levou o Brasil a uma situação surreal. Enquanto o país é um dos maiores produtores agrícolas do mundo, ao mesmo tempo possui uma legião de famintos. Na última pesquisa do IBGE, de 2004, 46,6% das famílias brasileiras afirmaram ter dificuldade em obter alimentos suficientes, sendo que para 13,8% delas, a dificuldade era freqüente.

Ou seja, quanto mais cresce o agronegócio mais faltam alimentos para o povo. Isso porque o agronegócio não tem como objetivo alimentar a população, mas produzir produtos valorizados no mercado internacional.

NA PÁGINA SEGUINTE
A alta de alimentos no mundo e papel do governo Lula

Como funcionam as apostas

O que são as "commodities", negociadas no mercado

1. Produtos como soja, trigo, laranja, ouro ou prata, entre outros, são conhecidos como *commodities*, pois podem ser armazenados por um certo tempo sem perder qualidade.

2. O valor dos produtos é negociado em uma bolsa específica, o Mercado de futuros. O capitalista pode escolher entre apostar na Bolsa de Valores, com ações de empresas, ou apostar neste mercado.

3. Ele fecha contratos, comprando lotes de mercadorias que ainda não foram colhidas ou plantadas. Ele pode apostar ainda no "boi gordo", fechando contrato que dá direito a toneladas de carne. Os bois que estão sendo negociados ainda nem nasceram, mas o valor deles já está sendo apostado. Por isso o nome: mercado de futuros.

4. O capitalista não precisa ter onde guardar a mercadoria. Mesmo comprando uma tonelada, só precisa guardar uma folha de papel. Cerca de 90% dos contratos deste mercado são apenas especulativos, sem venda ou entrega da mercadoria. Não é preciso sujar as mãos.

5. Ele compra uma tonelada de soja com a cotação de seis meses a frente e aguarda até que o valor suba. Aí vende e compra outra mercadoria. Para garantir o lucro, os especuladores fazem de tudo para que os produtos sejam vendidos pelo maior preço possível.

6. Pequenos agricultores, que não tem como aguardar pelo melhor preço, são obrigados a vender sua plantação antes, por um valor muito abaixo do valor final que será comercializada. Essa pressão especulativa faz subir o preço do alimento que compramos.

A CRISE SE ESTENDE NO MUNDO

GANÂNCIA DAS MULTINACIONAIS provoca aumento de preços de produtos essenciais em países como México e Venezuela

EDUARDO ALMEIDA, da redação

O que está acontecendo com os alimentos no Brasil é um fenômeno mundial. Como a globalização capitalista penetra em todas as partes, estão acontecendo crises em muitos países. As características são distintas mas a origem é a mesma: o controle das multinacionais sobre o campo para a produção voltada para a exportação e não para a alimentação dos povos. Em particular, a produção de produtos que substituem o petróleo (cana de açúcar, milho) é incentivada porque o petróleo está em alta e cada barril já custa cem doláres. As conseqüências são as mesmas: diminuição na produção de alimentos tradicionais e aumento dos preços da comida.

No México, a *tortilla* é um alimento tradicional produzido com milho, que é usado como o pão no Brasil. O aumento nos preços do milho - que está sendo desviado para a produção de etanol para o mercado norte-americano - levou a um aumento no preço das *tortillas* de 400% em 2007, causando grandes protestos populares.

Na Indonésia, estão ocorrendo agora mobilizações populares contra o aumento dos alimentos. Existem informes também de mobilizações nos Emirados Árabes. Na África, a crise já está levando a graves enfrentamentos no Senegal, em Serra Leoa, Burkina Fasso (antigo Alto Volta), Moçambique e Mauritânia.

Na Venezuela, o aumento de 27% dos preços dos alimentos, sem que o governo Chávez tenha feito nada de sério para enfrentar o problema, foi uma das causas da insatisfação popular que levou à sua derrota no referendo sobre a reforma constitucional.

NO HAITI, UMA REBELIÃO CONTRA OS AUMENTOS

No país mais pobre das Américas, alimentos como arroz, feijão e frutas aumentaram até 50% no último ano. Na quinta-feira, dia 3 de abril, manifestações populares contra o aumento dos preços levaram a enfrentamentos com barricadas nas ruas. A repressão ao povo foi feita pelas "forças de paz" da ONU, dirigidas por tropas brasileiras. Houve quatro mortes e vinte feridos. Segundo o Estado de S. Paulo, *"testemunhas disseram que um dos mortos teria sido atingido por um tiro na cabeça, disparado por um soldado da força de paz."*

Café com o presidente

LULA É PARCEIRO DO AGRONEGÓCIO. Financia grandes agricultores e ignora superexploração dos trabalhadores do campo

JEFERSON CHOMA, da redação

No ano passado, o presidente chegou a chamar os usineiros de "heróis nacionais" e transformou o negócio do etanol em uma das vedetes do governo federal.

Já no primeiro ano de seu governo, Lula mostrou que estava ao lado do latifúndio. Nomeou um representante do setor como ministro e distribuiu um total de R$ 4.349 bilhões de generosos créditos, via Banco do Brasil, para os grandes empresários do campo. Entres as empresas beneficiadas estão muitas transnacionais: Aracruz celulose (R$ 1.167 bilhão), Cargil (R$ 921 milhões), Bunge (R$ 607 milhões), ADM (R$ 585 milhões), Nestlé (R$ 330 milhões), Rhodia (R$ 304 milhões), Monsanto (R$ 68 milhões) e Bayer (R$ 58 milhões). Ou seja, o governo utiliza as verbas de serviços públicos como saúde, educação e Previdência, para financiar o agronegócio.

Além disso, o governo também renegocia a dívida dos grandes agricultores, que usam o voto da bancada ruralista no Congresso como moeda de troca.

Puxado pela alta das *commodities*, o agronegócio fechou 2007 com um Produto Interno Bruto (PIB) recorde de R$ 611,8 bilhões. Com esse faturamento, o setor representa 23% da economia brasileira em 2007, contra 22,4% em 2006.

Mas o crescimento do agronegócio também tem relação com o pagamento das dívidas externa e interna. O governo financia a produção das *commodities* porque elas garantem saldo na balança comercial que é utilizado para pagar os juros das dívidas.

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Por trás das estatísticas de super-safras, das cifras de milhares de toneladas exportadas, está uma das faces mais perversas do agronegócio: o trabalho precário e desumano de milhares de camponeses. Algo que nem mesmo as campanhas publicitárias, que apresentam o agronegócio como sinônimo de "modernidade" conseguem esconder.

A produtividade do agronegócio e o baixo valor das commodities brasileiras se baseiam, principalmente, num trabalho que beira a escravidão. A produtividade média do cortador de cana duplicou desde a década de 80 - chegando hoje a 12 toneladas por dia.

Além disso, o agronegócio é quem mais infringe a legislação trabalhista e os acordos coletivos. A produção do açúcar e o álcool no Brasil estão banhados de sangue, suor e morte. Os trabalhadores chegam a morrer de tanto trabalhar. Em São Paulo, que tem 400 mil cortadores de cana, cada um deve colher pelo menos 10 toneladas por dia. Em média, os cortadores não conseguem trabalhar mais do que 15 anos. Entre as safras de 2004 e 2006, 10 deles morreram apenas em São Paulo, ganhando um salário de fome que varia de R$ 380 a R$ 470.

Grande parte do sucesso do etanol, tão comemorado pelo governo, está sustentado por esta situação de superexploração.

WLADIMIR SOUZA/CROMAFOTO

Uma saída dos trabalhadores

PSTU DEFENDE o congelamento dos preços dos alimentos, reforma agrária e controle sobre o campo

A primeira providência que deveria ser tomada é o congelamento dos preços dos alimentos em todo o país, além da redução dos que mais aumentaram. Essa medida emergencial é fundamental para assegurar o acesso da população à comida. Uma outra necessidade imediata é o reajuste geral dos salários, para que os trabalhadores e trabalhadoras possam garantir a manutenção de suas famílias.

Mas isso não basta. As grandes empresas nacionais e multinacionais do agronegócio têm o poder de comandar a produção e a distribuição dos alimentos. Sem enfrentar o agronegócio, qualquer congelamento estaria fadado ao fracasso. Chávez tentou uma saída com o tabelamento dos preços, mas foi sabotado pelas grandes empresas. Acabou capitulando a elas e liberando os preços.

Por isto é necessário avançar para tirar o controle das grandes empresas multinacionais e nacionais sobre o campo no Brasil, passando-o para as mãos dos trabalhadores. Isso significa a expropriação das grandes empresas e o redirecionamento da produção para a satisfação das necessidades do povo. Esse plano inclui também uma reforma agrária com a distribuição de terras aos sem-terras, associada ao apoio tecnológico e financeiro aos pequenos produtores.

É preciso estatizar os bancos, para garantir financiamento para a produção de alimentos e não o que as grandes multinacionais desejam. Romper com o imperialismo, deixando de pagar as dívidas interna e externa, para poder investir nesse plano.

E para fazer tudo isso, é necessário um governo diferente de Lula, que serve ao agronegócio. É preciso um governo socialista dos trabalhadores.

SAIBA MAIS — TRANSGÊNICOS: O CONTROLE DAS TRANSNACIONAIS

Os transgênicos são quaisquer seres vivos (planta ou animal) que tenham suas características genéticas modificadas pelo homem, para melhorar a capacidade de se adaptar ao ambiente em que vivem. Em mais uma medida para beneficiar as transacionais do agronegócio, o governo liberou a utilização das sementes modificadas no Brasil.

No entanto, essa tecnologia se encontra nas mãos de grandes empresas estrangeiras, como a Monsanto. As sementes transgênicas são mais baratas, mas seu uso obriga o agricultor a comprar um produto agrotóxico específico, vendido apenas pela empresa fabricante dos transgênicos. E as sementes não podem ser aproveitadas no ano seguinte, obrigando o agricultor a comprar novamente da empresa. Ou seja, as transacionais impõem o uso de insumos e venenos que produzem. Assim, passam a ter controle total da produção agrícola, sem falar que não há qualquer controle sobre os impactos à saúde de quem consome esses produtos.

KIT GAION

Encontro contra as reformas no dia 25 de março de 2007 em São Paulo (SP)

UNIR A ESQUERDA SOCIALISTA NAS LUTAS E NAS ELEIÇÕES

ESTAREMOS NA VANGUARDA da construção de frentes eleitorais da Esquerda Socialista, formadas pelo PSTU, PSOL e PCB, que apresentem um programa classista e socialista nas próximas eleições

ANDRÉ FREIRE,
da direção nacional do PSTU

O PSTU vem defendendo de forma cotidiana a necessidade de unir a esquerda socialista no processo de lutas da classe trabalhadora e do conjunto dos explorados e oprimidos, contra os patrões e os governos de plantão.

Um dos aspectos mais importantes desta discussão é a necessidade de unirmos em uma mesma entidade a Conlutas, a Intersindical e os demais setores dos movimentos sociais que estão dispostos a construir uma nova ferramenta de luta, independente de governos e patrões.

Nosso partido entende que a intervenção da esquerda socialista nas eleições deve antes de tudo significar uma extensão de nossa política para as lutas que a classe trabalhadora brasileira vem protagonizando nos últimos anos. Por isso, a campanha da Frente de Esquerda deve estar a serviço destas lutas, apoiando cada uma delas e buscando unificar cada vez mais a nossa classe contra a burguesia e seus governos.

OPOSIÇÃO

Nós somos oposição de esquerda ao governo de Lula, em primeiro lugar, porque ele simboliza uma coalizão no governo de lideranças que tiveram origem nos movimentos sociais, atuais dirigentes do PT e do PCdoB, com partidos da burguesia, tais como PMDB, PRB, PV, PSB, PDT, entre outros. Este governo de colaboração de classe só significou mais ataques aos direitos dos trabalhadores e maiores lucros para o grande capital.

Contra a farsa representada pela "frente popular" de Lula, do PT e de partidos da burguesia, a esquerda socialista deve defender nas eleições municipais de 2008 uma verdadeira unidade da classe trabalhadora, que só pode ser expressa por uma frente eleitoral composta somente por partidos realmente identificados com os interesses da nossa classe, e que apresente um programa anti-capitalista e de transição para o socialismo, para cada grave problema que vivem os trabalhadores nas cidades em que apresentaremos nossos candidatos.

> **É PRECISO UNIR a esquerda socialista no processo de lutas da classe trabalhadora**

Uma frente eleitoral da esquerda socialista deve ser construída de forma democrática em cada cidade, envolvendo o maior número de ativistas na construção de seu programa e na escolha dos seus pré-candidatos. Respeitamos o direito dos nossos partidos de indicarem suas propostas e candidatos, mas a Frente de Esquerda só tem a ganhar se abrir seus debates políticos e de programa para o conjunto dos movimentos sociais que estão na oposição de esquerda ao governo Lula e de seus aliados nos Estados e municípios.

O PSTU se colocará na vanguarda desta unidade nas eleições. Propondo construir frentes eleitorais da esquerda socialista, compostas pelo PSTU – PSOL – PCB, em torno de um programa classista e socialista, que parta da oposição de esquerda aos representantes nos Estados e municípios da base de sustentação do governo Lula, e, que também seja oposição aos partidos da oposição de direita a este governo (PSDB e DEM). Que defenda a independência política da classe trabalhadora sem nenhuma coligação com partidos da burguesia, e que seja construída de forma democrática, respeitando o peso social de cada organização envolvida.

Resolução do PSOL ameaça a unidade da Frente de Esquerda

DECISÃO DA CONFERÊNCIA ELEITORAL do partido abre brecha para alianças com inimigos dos trabalhadores

O PSOL realizou no último final de semana de março sua Conferência Eleitoral. Neste evento, a maioria da direção nacional do PSOL, formada principalmente pelo MTL, MES e APS, aprovou uma resolução que abre brechas para coligações com partidos (ou setores de partidos) minoritários da burguesia.

Segundo a resolução, o PSOL buscará, para além do PSTU e do PCB, atrair para uma frente eleitoral "*setores sociais e partidários que estejam em contradição com o governo e a velha direita, inclusive com as forças majoritárias dos partidos que fazem parte*" (extraído da Resolução eleitoral do partido).

Esta parte da resolução, embora não cite expressamente, serve para referendar a política da direção do PSOL do Rio Grande do Sul de realizar uma coligação em Porto Alegre com o Partido Verde (PV) - partido burguês, muitas vezes utilizado como uma legenda de aluguel da burguesia - que inclusive teria direito a indicar a candidatura à vice-prefeitura na chapa da deputada federal Luciana Genro (PSOL/RS).

O PV integra o governo Lula, através do ministro da Cultura, Gilberto Gil. Na cidade do Rio de Janeiro lançou a candidatura de seu deputado federal Fernando Gabeira à Prefeitura, apoiada nada mais nada menos pelos tucanos do PSDB. Em Porto Alegre não é diferente, pois o PV já foi parte do secretariado do atual prefeito José Fogaça (PPS-RS), e nas últimas eleições indicou o vice na chapa do PP (partido de Maluf).

O pior é que este mesmo cenário pode se repetir em outras cidades, afinal lideranças do PSOL estão estabelecendo negociações com representantes de partidos como o PDT, PPS e PSB pelo menos nas cidades de Maceió e Macapá.

A frente eleitoral com o PV em Porto Alegre e as negociações com frações de partidos burgueses, em curso em algumas cidades, é um grave erro de princípios da maioria da direção nacional do PSOL, pois a aliança com partidos burgueses em pleitos municipais foi o início do processo de descaracterização do PT, a partir do final da década de 80.

O PSTU chama a maioria da direção nacional do PSOL a rever esta posição, pois esta resolução levará fatalmente a ruptura da Frente de Esquerda em Porto Alegre, pois nosso partido não aceitará participar de uma frente eleitoral com o PV. Da mesma forma se essa política for estendida para outras cidades, não restará outro caminho para o nosso partido, pois não integraremos frentes eleitorais de colaboração de classe.

MULHERES DA CONLUTAS FAZEM ENCONTRO DE 19 A 21 DE ABRIL

ENCONTRO NACIONAL pretende resgatar a tradição de luta da mulher trabalhadora

LUCIANA CANDIDO,
do Portal do PSTU

De 19 a 21 de abril, acontece em São Paulo (SP) o I Encontro Nacional de Mulheres da Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas). O tema do encontro é "Luta contra o machismo e a exploração da mulher".

Serão delegadas ao encontro mulheres de entidades, movimentos, minorias e oposições que reivindiquem a Conlutas, com direito à voz e ao voto. No entanto, o encontro estará aberto à participação de entidades diversas, que terão direito à voz. Homens também poderão participar na condição de observadores com direito à voz.

As taxas também serão diferenciadas, levando em consideração as diferenças sociais e as dificuldades para chegar ao encontro entre as regiões e os movimentos. Assim, delegados e observadores de sindicatos do Estado de São Paulo deverão pagar inscrição de R$ 60. Já os delegados e observadores do restante do país pagarão R$ 40. Oposições, minorias, movimentos sociais e estudantes pagarão apenas R$ 25. As inscrições devem ser feitas até o dia 12 de abril.

UM PROGRAMA DE CLASSE

Os debates programados evidenciam uma preocupação em elaborar um programa para as mulheres trabalhadoras, que constituem, hoje, cerca de metade da população economicamente ativa.

No Estado de São Paulo, esse percentual já ultrapassou os 53%. Este é o principal objetivo da atividade: construir um programa classista e feminista contra Lula e o imperialismo.

O encontro iniciará com um painel sobre conjuntura, que será seguido da apresentação das teses. Outros temas de fundamental importância – concepção dos movimentos feministas, mulher no mercado de trabalho, impacto das reformas neoliberais (Previdência, trabalhista, sindical) sobre as mulheres, saúde da mulher trabalhadora, trabalho doméstico e dupla jornada, mulher nos movimentos sociais, aborto, violência, mulheres negras e lésbicas etc. – serão debatidos em plenárias e grupos.

O encontro encerrará com uma plenária final que debaterá um programa e um plano de lutas que responda às demandas específicas das mulheres trabalhadoras.

Coordenação Nacional Conlutas de Lutas

I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES DA CONLUTAS
DE 19 A 21 DE ABRIL DE 2008

INSCRIÇÕES até 12/4/2008

LOCAL: Clube de Regatas Tietê
(Av. Santos Dumont, 843 – São Paulo – SP)

TAXAS:
Sindicatos do Estado de São Paulo: R$ 60,00
Sindicatos de fora do Estado: R$ 40,00
Oposições, minorias, movimentos sociais e estudantes: R$ 25,00

Inscrições, programação, reserva de creche e outras informações:
Coordenação Nacional de Lutas
www.conlutas.org.br
conlutas@conlutas.org.br
Tel.: (11) 3107 7984

VIOLÊNCIA

UM RETRATO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP), mulher tem família barbaramente assassinada pelo ex-namorado

LUCIANA CANDIDO,
do Portal do PSTU

Um crime bárbaro chocou a cidade de São José dos Campos (SP) no dia 4 de fevereiro deste ano. O assassinato de quatro mulheres foi motivado pelo ciúme que sentia o ex-namorado de Sandra*. Após um longo período de ameaças, o ex-namorado concretizou o crime: mandou matar a tiros a mãe, a irmã e a filha de Sandra – filha do próprio mandante, de apenas três anos – e a própria irmã.

Em documentário produzido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sandra fala que *"ele era muito ciumento e depois começou a falar que se eu terminasse com ele, ele ia me matar e ia matar a minha família"*. Após o fim do relacionamento, Sandra continuou ouvindo as mesmas ameaças. O ex-namorado queria retomar o namoro a força.

Sandra sobreviveu porque estava trabalhando na hora da chacina. Antes da tragédia, ela já havia sido agredida por ele. Um tapa no rosto e um empurrão que a derrubou no chão foi o castigo por ter cumprimentado um amigo.

FALTA DE AÇÃO DA PM

A opressão sofrida pelas mulheres é tão grande que muitas não denunciam o agressor. Elas têm medo de represálias, se sentem humilhadas e fracas e, não raramente, se sentem culpadas. Com salários mais baixos que os dos homens, algumas mulheres não podem denunciar seus maridos, pois dependem financeiramente deles.

Sandra, porém, não ficou calada. Quando foi agredida, procurou uma delegacia e registrou ocorrência. *"Eu fui à delegacia do 31 de Março e fiz a denúncia contra ele, que ele tinha me agredido, e, nessa denúncia, eu aproveitei e acrescentei que ele me ameaçava e a minha família"*, conta. Na delegacia, Sandra ouviu da polícia que *"iriam atrás dele, iam conversar com ele e isso não iria acontecer mais"*.

> **SE A LEI MARIA DA PENHA fosse levada a sério, o agressor não teria como cometer o crime**

Não foi o que aconteceu. Na verdade, se a Lei Maria da Penha fosse levada a sério, o agressor deveria estar preso desde o primeiro ato de violência contra Sandra. A polícia e o Estado não agiram, deixando o caminho livre para que o ex-namorado praticasse o ato cruel que pôs fim à família de Sandra.

A vida dessa mulher, hoje, está destruída. Com medo, ela se mudou para outra cidade. A vítima teve de fugir.

QUAL É A SAÍDA?

O capitalismo incentiva a violência contra a mulher de várias formas. Nos meios de comunicação, por exemplo, a mulher é tratada constantemente como um objeto, como algo inferior que possa ser usado e descartado. À mulher, sobra o papel de servir, não podendo dizer não. Assim, fica exposta a todo tipo de violência física e moral. As mais atingidas são as pobres, negras, jovens e lésbicas.

No Brasil, mais de 60% das vítimas de violência doméstica são mulheres. A cada 15 segundos, uma mulher é agredida. O governo Lula criou a Lei Maria da Penha para, em tese, aumentar a punição a homens que agridem mulheres. No entanto, a lei não saiu do papel.

Os motivos são simples: o governo não investiu um centavo sequer na construção de casas abrigo – para proteger as mulheres que denunciam – nem em estruturas que permitam de fato a prisão desses agressores. Pelo contrário, cortou 42% da já pequena verba destinada ao combate à violência contra as mulheres. Do que sobrou, o governo investiu apenas 4%.

É preciso que o Estado garanta a punição aos agressores, seja a violência física, seja moral. Para isso, tem de haver investimento. Em vez de pagar bilhões de reais em juros da dívida externa, o governo deveria usar esse dinheiro para garantir proteção e boas condições de vida às mulheres – habitação, saneamento, saúde, educação e creches.

*O nome da vítima foi alterado para preservar sua segurança.

GREVE EXIGE VERDADEIRA NACIONALIZAÇÃO

COM PARALISAÇÕES e bloqueios de rodovias, trabalhadores exigem de Evo Morales que o Estado assuma o controle efetivo do petróleo e gás

Quase dois anos após o decreto, nacionalização não avançou na Bolívia. Ao lado, confrontos em La Paz, nas jornadas de 2005

***NERICILDA ROCHA**, de La Paz, Bolívia*

Os trabalhadores e o povo do município de Camiri, Departamento de Santa Cruz, fizeram uma greve geral com bloqueios de rodovias, entre os dias 26 de março a 3 de abril exigindo do governo uma verdadeira nacionalização dos hidrocarbonetos (petróleo e gás). Ao deflagrar a greve, os trabalhadores fizeram um chamado nacional: *"O povo de Camiri convoca as forças sociais da cidade de El Alto, La Paz, Cochabamba, Potosí, Huanuni, Siglo XX, Santa Cruz e de todo o país, a somar-se a mobilização e iniciar uma grande greve geral nacional nas próximas semanas para retomar a 'Agenda de Outubro' de 2003, traída por este governo"*.

ANTECEDENTES

Os trabalhadores de Camiri já haviam se mobilizado em fevereiro de 2007, quando fizeram 8 dias de intensas lutas. Na época exigiram uma verdadeira nacionalização com a expropriação das transnacionais. Depois de sete dias conseguiram de Evo e do ministro Carlos Villegas o compromisso de que os campos petrolíferos Buena Vista e Camatindi seriam entregues a Gerência de Exploração de YPFB (estatal de petróleo e gás boliviana) que seria transferida de Santa Cruz a Camiri. No entanto, Evo não cumpriu com sua palavra e os campos foram entregues a Petrobras.

AS REIVINDICAÇÕES EM 2008

Passado mais de um ano sem o atendimento de suas reivindicações, o povo de Camiri, cansado de tantos enganos, retomou a luta por uma verdadeira nacionalização e pela refundação de YPFB.

O Comitê de Greve Geral divulgou assim suas reivindicações: *"Os resultados das auditorias petroleiras, omitidas pelo governo, constatou que as empresas Andina (Repsol), Chaco, Transredes, Petrobras e outras, não cumpriram cláusulas contratuais com o Estado Boliviano, não realizaram os investimentos que se comprometeram. A empresa Andina a cargo do campo Camiri, não realizou investimento nem para desenvolver a área tradicional. Razões para exigir ao governo, como início da nacionalização, a reversão do Campo Camiri ao Estado boliviano (...) a empresa Repsol Andina deve abandonar a área do campo Camiri e outros, devendo ressarcir danos e prejuízos causados ao país"*.

O documento ainda exige a recuperação de todos os campos petroleiros e os dutos que estão em mãos das transnacionais onde não houve investimento algum.

A AGENDA DE OUTUBRO

A luta em Camiri demonstrou que a Agenda de Outubro, nacionalização sem indenização do petróleo e do gás, industrialização do gás e refundação da YPFB, que detonou a rebelião popular de 2003 e expulsou o então presidente Goni do país, apesar das promessas, não foi atendida por Evo Morales. Ainda que o governo faça uma forte campanha de que houve nacionalização dos hidrocarbonetos, a única coisa que voltou a pertencer ao Estado foram duas refinarias (re)compradas da Petrobras.

No mais, houve um aumento do valor cobrado das petroleiras pelo gás e pelo petróleo na renegociação dos contratos, que de fato foram elevados por Evo. Algo que permitiu ao Estado uma maior arrecadação no IDH (Imposto Direto dos Hidrocarbonetos) para que o governo enviasse mais dinheiro para programas sociais compensatórios, como o bônus escolar Juanito Pinto e o bônus Renta Dignidade para idosos (programas similares ao Bolsa Família). Tais programas são utilizados pelo governo numa campanha que tenta convencer o povo boliviano de que agora eles controlam os recursos naturais do país, porque recebem parte da renda petroleira.

Mas, como diz o ditado, a mentira tem pernas curtas. A realidade de Camiri expôs o fato de que Evo Morales está enganando o povo. As transnacionais imperialistas seguem controlando o petróleo e gás. O campo de Camiri não pertencia ao povo camirenho, tampouco ao Estado boliviano. Quem operava era a empresa Andina, ligada a transnacional espanhola Repsol. Daí a reivindicação de que o campo Camiri passasse para o controle da YPFB, ou seja, do Estado.

Os maiores campos de gás do país, San Alberto e San Antonio, seguem operados e controlados pela Petrobrás. Atualmente, a Bolívia tem 44 contratos de operação com 12 empresas transnacionais entre brasileiras, espanholas, inglesas, holandesas e britânicas. As burguesias de Santa Cruz e Tarija, em cujo subsolo estão o petróleo e o gás, não se opõem aos privilégios concedidos às transnacionais. Ao contrário. Com seu projeto de "autonomia departamental" querem aumentar a fatia que lhe cabe deste roubo. Por isso, a greve do povo de Camiri rechaçou a proposta dos estatutos autonômicos da burguesia.

As reinvidicações de Camiri se chocam com a política adotada por Evo. O governo tem aprofundado a entrega dos hidrocarbonetos com novos acordos firmados com a Petrobrás e outras petroleiras estrangeiras, como a Pluspetrol, Tecpetrol e a GTL Internacional. Para fazer isso, Morales se utiliza do mesmo modelo de Hugo Chávez, ou seja, a criação de empresas mistas que servem para disfarçar a entrega. A nova proposta de Constituição de Evo, inclusive, visa oficializar esta medida.

Evo tem aumentado o compromisso de exportação de gás para a Argentina e o Brasil. Algo que beira o absurdo, uma vez que o mercado interno sofre uma profunda escassez. Falta gás aos bolivianos, e com a chegada do inverno a situação se agravará.

Em contrapartida, o Estado subvenciona gás e diesel para os grandes empresários. O governo vai destinar à multinacional Jindal cerca de oito milhões de metros cúbicos por dia, para o projeto Mutún (complexo de ferro). Detalhe: a empresa terá 50% de desconto em relação ao valor do gás vendido para fora do país.

Já para a burguesia agroexportadora de Santa Cruz, o governo Morales subvenciona o diesel. Os empresários obtém o barril por 27 dólares, enquanto no mercado internacional o barril custa mais de 100 dólares.

CONQUISTA

A greve de Camiri acabou com uma importante vitória. O governo se comprometeu que o campo de Camiri passará às mãos de YPFB e esta vai contratar trabalhadores da região. Certamente Evo vai compensar a empresa Andina, mas isso não apaga a enorme vitória e a demonstração de que é possível e necessária uma luta nacional para retomar a Agenda de Outubro, exigindo do governo Evo as seguintes reivindicações:

- **Expropriação de todas as transnacionais, sem indenização e por uma verdadeira nacionalização dos hidrocarbonetos sob o controle dos trabalhadores e do povo. Recuperação de toda a cadeia produtiva: exploração, refino, transporte e comercialização!**
- **Recuperação imediata dos poços de gás de San Alberto e San Antonio operados pela Petrobras, sob o controle dos trabalhadores.**
- **Fim da subvenção de gás e diesel aos empresários**

ANTONIO CRUZ/AG. BRASIL

Estudantes ocupam reitoria da UnB e exigem saída de reitor

ALUNOS ENFRENTAM forte repressão mas movimento se expande

*DA REDAÇÃO**

Cerca de 200 alunos da Universidade de Brasília (UnB) ocuparam a reitoria da universidade no último dia 3. Os estudantes exigem a saída imediata do reitor Timothy Mulholland e de seu vice, Edgar Mamiya.

O reitor é acusado de utilizar verbas da Fundação Universidade de Brasília, que atua na UnB, em despesas pessoais e na compra de móveis de luxo. O escândalo causou ainda mais indignação por envolver uma lixeira de R$ 1.000, paga pela verba da universidade e encontrada no apartamento do reitor. Além disso, Mulholland utilizava um carro de luxo comprado com dinheiro da fundação.

Além da saída do reitor e do vice, os estudantes exigem a dissolução do conselho da Fundação Universidade de Brasília (FUB) e a convocação de novas eleições diretas e paritárias. Além disso, os estudantes defendem a abertura das contas das fundações privadas e o cancelamento dos convênios públicos firmados com as instituições privadas.

REPRESSÃO NÃO INTIMIDA

No dia 4 de abril a juíza federal Crisitiane Pederzolli, da 17ª Vara do Distrito Federal, concedeu liminar de reintegração de posse. A Polícia Federal deu prazo para os alunos desocuparem a reitoria até as 15 horas do dia 7, segunda-feira. No entanto os estudantes realizaram uma massiva assembléia que aprovou por ampla maioria a continuidade da ocupação e a ampliação do movimento.

A assembléia, que contou com a participação de 1.300 estudantes, decidiu ainda ocupar todo o prédio da universidade, garantindo livre acesso dos estudantes. Os seguranças da universidade bloqueavam a saída do gabinete da reitoria, impedindo que os alunos ocupados saíssem ou que outros estudantes entrassem. Alimentos e outros objetos tinham que ser "içados" pela janela. Apesar de o movimento ser pacífico, em diversos momentos houve agressão dos seguranças contra os estudantes.

No momento em que os estudantes ocupavam todo o prédio, os seguranças novamente atacaram os alunos, agredindo violentamente diversos alunos. A Polícia Federal recomendou, e a direção da universidade acatou, o corte de água e luz do prédio. "*Os seguranças bateram muito em vários estudantes, e agora estamos aqui sem água, comida, colchonetes, em uma situação precária*", denuncia Luíza Oliveira, estudante da Conlute e militante do PSTU.

DESOCUPAÇÃO SÓ COM SAÍDA DE REITOR

A reitoria chegou a divulgar à imprensa que atenderia uma série de reivindicações estudantis, como a construção de novas moradias e a ampliação de bolsas. Os estudantes, porém, só desocupam o local com a saída do reitor. "*A assembléia aprovou manter a ocupação até a renúncia do reitor*", afirma Luíza.

Diante da intransigência da reitoria, os estudantes fortaleceram e ampliaram o movimento de ocupação. Cerca de mil alunos ocupam todo o prédio. Apesar de a polícia federal ter saído do campus, a reintegração de posse pode se dar a qualquer momento.

Assim como ocorreu durante a ocupação da USP em 2007, a grande imprensa veicula notícias mentirosas contra o movimento, taxando os estudantes de "baderneiros". Os alunos, porém, programaram um esquema alternativo de comunicação, com blogs e vídeos na internet.

WWW.PSTU.ORG.BR

Acompanhe a luta dos estudantes da UnB e os rumos da ocupação

Em Minas, alunos protestam contra repressão na UFMG e ocupam reitoria

***MARIAH MELLO**,*
de Belo Horizonte (MG)

Cerca de 400 estudantes ocuparam a reitoria da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na tarde do dia 7, em protesto contra as ações da Polícia Militar no campus.

No último dia 3, uma sessão de cinema foi barrada a cacetadas pela PM. A polícia queria proibir a exibição do documentário "Grass Maconha", sobre a legalização da droga, filme que pode ser encontrado em qualquer locadora ou em bancas de revistas.

Aproximadamente 50 policiais, em várias viaturas e até num helicóptero, cercaram o Instituto de Geociências (IGC) da UFMG, impedindo a entrada e saída de trabalhadores e estudantes do prédio. A PM foi convocada e autorizada a agir pelo reitor Ronaldo Tadêu Pena e pela vice-reitora, Heloisa Starling.

A truculência da polícia deixou 30 feridos e um estudante foi preso ao tentar sair do prédio. A direção da universidade usa cada vez mais a força militar e a repressão. No ano passado, diversos estudantes foram processados e sete ainda estão ameaçados de jubilamento por se manifestarem no movimento do "bandejão".

TRUCULÊNCIA RECORRENTE

Também no Conselho Universitário que aprovou o Reuni, o prédio da reitoria foi cercado por policiais para impedir qualquer manifestação contra um projeto que sequer foi discutido seriamente na comunidade. Nos encontros estudantis, os estudantes não podem se alojar na UFMG. No início deste ano, o reitor chegou a receber uma intimação por impedir a matrícula de estudantes que conseguiram liminar judicial para não pagarem as taxas.

Perguntamos aos estudantes, professores e demais trabalhadores: é essa universidade que a sociedade precisa? Uma universidade onde se evita o debate, convocando a polícia? Armas, botas, camburões impedindo a arte, o saber e o pensamento crítico? Um governo e uma reitoria que se dizem democráticos, mas não hesitam em reprimir aqueles que divergem!

O movimento estudantil exige retratação pública por parte da reitoria, inquérito administrativo para punição dos responsáveis pela entrada da PM no campus, punição dos policiais dos policiais responsáveis pela agressão, audiência pública com a reitoria e a suspensão de todos os processos contra os estudantes.

Chega de punições!